



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA

ATA DA 78ª REUNIÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, a partir das nove horas e trinta e oito minutos, realizou-se a septuagésima oitava reunião do Conselho Superior (Consup) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), via webconferência. A reunião teve como pauta: 1) Informes; 2) Homologação das atas da 76ª Reunião e da 77ª Reunião do Consup; 3) Homologação da Resolução 124/2022 e da Resolução 125/2022, aprovadas *ad referendum*; 4) Retificação da Resolução 34/2017, que trata do Regulamento para o Uso do Nome Social; 5) Solicitação de suspensão temporária da Resolução 23/2016, que trata do Regulamento para Elaboração de Editais de Concursos para Professor EBTT; 6) Aprovação do Relatório Anual de Gestão 2021; e 7) Apreciação do Regulamento do CiteLab. A reunião foi presidida pela Presidente do Conselho Superior, professora Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon, e secretariada pela servidora Fernanda Eline de Oliveira, Redatora, com a participação dos conselheiros: Alessandro Ribeiro de Sousa, André Luiz Barcelos, Claudemir José Bonatto, Daniel Rosa Canêdo, Daniel Gabriel Borges, Danyllo Di Giorgio Martins da Mota Júnior, Evaldo Gonçalves Silva, Geraldo Witeze, Hugo Leonardo da Silva Belisário, Ieda Leal de Souza, Jessica Machado, Kepler Benchimol, Luciano dos Santos, Luciano Marçal Vicente, Marcelo Pereira Ramos, Paulo Almeida da Silva, Reinaldo de Lima Reis Júnior e Wagner Pereira Lopes. Justificaram a ausência os conselheiros: Aryadne Rodrigues Moreira, Elias de Pádua Monteiro, Fernando Augusto Messias, Jakelyne Dias Alves, Thiago Gonçalves Dias e Tiele da Silva Groderes. Não participaram da reunião os conselheiros: Camila Lorrane Rodrigues dos Santos, Fernanda Batista dos Santos, José Leopoldo da Veiga Jardim Filho, José Teodoro Coelho e Wallace Pinto da Silva Filho. A presidente do Consup iniciou a reunião fazendo sua autodescrição física e cumprimentando todos os presentes na sala virtual e a comunidade acadêmica que acompanhava a reunião transmitida ao vivo pelo canal oficial do IFG no YouTube. Agradeceu a colaboração dos Tradutores Intérpretes de Libras, Egláia Nunes Vieira, Francisco Marcelo Bessa e Lucimar Alves de Oliveira, nesta reunião. Agradeceu a colaboração do Técnico em Audiovisual, Marco Túlio Guimarães dos Santos, e do Produtor Cultural, André Almeida Nunes, pelo apoio na preparação da sala virtual e na transmissão online da reunião. Agradeceu ainda à Secretária do Conselho, Fernanda Eline de Oliveira, pelo cuidado com todos os encaminhamentos para a organização da reunião, à servidora Nathália Barcelos Oliveira, atual Secretária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Conepex), que acompanhará a reunião pois atuará como Secretária do Consup no segundo semestre deste ano. Agradeceu também à equipe da Diretoria de Comunicação Social e do Gabinete da Reitoria, pelos encaminhamentos e pela divulgação das ações deste Conselho. Ressaltou a participação dos servidores convidados para esclarecimentos relativos aos pontos de pauta desta reunião, o Assessor de Planejamento e de Desenvolvimento Institucional, Weber Tavares da Silva Junior, a Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos, Sandra Abadia Ferreira, a Diretora de Pesquisa e Inovação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Lorena Silva de Oliveira Costa, e o Diretor de Gestão Acadêmica da Pró-Reitoria de Ensino, Vinicius Sousa Ferreira. Em seguida, a presidente colocou em apreciação as justificativas de falta enviadas à Secretaria do Conselho. Em votação, as justificativas foram acatadas. Após apresentar a ordem do dia, a presidente deu início aos informes, ratificando que está quase finalizada a eleição para os novos membros do Consup e do Conepex. Informou também que a Comissão Própria de Avaliação publicou os relatórios de autoavaliação institucional e ressaltou que toda a comunidade deve se apropriar dos dados desse relatório. Sobre a missão em Portugal e na Espanha, a presidente relatou que foi acompanhada do Coordenador de Relações Internacionais do IFG, Luciano de Paula Pereira Perilo. Entre as ações desenvolvidas na ocasião, destacou as negociações para a cooperação com a Universidade de Santiago de Compostela, o protocolo de intenções com a Universidade de León, com o Instituto Politécnico de Bragança, negociações para a dupla diplomação em Engenharia no Instituto Politécnico de Guarda, entre outras ações. A presidente também informou que foi publicada a Portaria 913/2022 do Ministério da Saúde, que finaliza o estado de emergência devido ao coronavírus. O conselheiro Geraldo Witeze informou que foi procurado por outros docentes da Instituição para que ele reportasse ao Conselho o alerta de que o retorno às atividades presenciais não foi gradual. Do ensino remoto, para as férias, depois das férias, todos voltaram de uma só vez, em vários câmpus. Além disso, relatou que não há controle sobre o uso de máscara e que não há protocolo para a conduta em caso de recusa ao uso por parte de servidores ou alunos. Destacou também que não há controle para a entrega de comprovantes de vacinação, sem sansão prevista para quem não estiver vacinado. Considera que, na prática, essa situação é uma afronta à gestão democrática, porque não está sendo cumprida a decisão do Consup. O servidor Weber Tavares cumprimentou o Consup por abrir esse canal de diálogo, pois é importante que o representante docente possa trazer as críticas dos seus pares, usando esse espaço de representação. Weber ressaltou que o IFG fez o que precisava ser feito: formou o Comitê de Mitigação e Biossegurança, responsável pelo Protocolo de Biossegurança, que já está indo para a 4ª versão, sendo um documento dinâmico, atualizado pelos membros que são da área da saúde. Ressaltou também que a Portaria 2094/2022 estabelece as orientações gerais sobre os métodos a serem empregados para a comprovação do ciclo vacinal completo contra a Covid-19 no âmbito do IFG e prevê que servidores e alunos não vacinados passariam a receber ações educativas para que se vacinassem. O conselheiro Geraldo destacou que essa orientação foi contrária ao que foi decidido neste Conselho Superior pela exigência do passaporte vacinal. A presidente afirmou que na Portaria está prevista a sansão e que o assunto será levado ao Comitê. O conselheiro Alessandro Ribeiro sugeriu que as denúncias para o não cumprimento das normativas institucionais sejam registradas na Ouvidoria, para que cheguem até a gestão, inclusive podendo ser feito de maneira anônima. A seguir, a presidente conduziu a reunião para a homologação das atas da 76ª Reunião e da 77ª Reunião do Conselho, que já tendo sido apreciadas e

assinadas pelos conselheiros, foram homologadas. Dando prosseguimento aos itens da pauta, o conselheiro Alessandro, presidente da Câmara Consultiva de Desenvolvimento Institucional, apresentou o parecer sobre as resoluções 124 e 125/2022, aprovadas *ad referendum*. Explicou que a Resolução 124 consolidou as normas da Política de Gestão de Riscos do IFG, revogou as resoluções 41/2017, 17/2018 e 35/2018, e tornou sem efeito a Resolução 78/2021. A Resolução 125 revogou resoluções cujos efeitos se exauriram no tempo, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 10.139/2019, e tornou sem efeito a Resolução 123/2022. O conselheiro sugeriu que a Política de Gestão de Riscos fique disponível na página “Documentos Institucionais” no Portal do IFG, para que seja mais facilmente encontrada pela comunidade. Em votação, as duas resoluções *ad referendum* foram homologadas. Dando continuidade aos pontos de pauta, o conselheiro Alessandro também relatou o parecer da Câmara para a solicitação de retificação da Resolução 34/2017, que trata do Regulamento para o Uso do Nome Social. Explicou que houve erro de digitação da data da resolução que teria sido revogada por esta, desta forma, no lugar de “Revogar a Resolução CONSUP/IFG de nº 30, de 2 de outubro de 2017”, o correto seria “Revogar a Resolução CONSUP/IFG de nº 30, de 17 de outubro de 2016”, no texto inicial do referido Regulamento. Em votação, o parecer favorável à retificação foi aprovado. Para o próximo item da pauta, a solicitação de suspensão temporária da Resolução 23/2016, que trata do Regulamento para Elaboração de Editais de Concursos para Professor EBTT, a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos, Sandra Abadia Ferreira, foi convidada para explicar as justificativas para a solicitação. Explicou que se pretende realizar um concurso público ainda neste ano, e temos a Resolução 23/2016 que aprova o Regulamento para elaboração de Editais de Concursos Públicos para Professor EBTT. Esclareceu que algumas etapas previstas nesse Regulamento levam bastante tempo para a realização do processo do concurso, além de demandar mais recursos orçamentários. Dessa forma, a etapa de “avaliação do projeto de pesquisa e extensão”, prevista no regulamento, traz custas adicionais para formação de bancas, comissão de concurso, análise de processos e análise de recursos, além do prolongamento do cronograma. Sandra afirmou que temos o orçamento e a autorização para realização de concurso todo ano, quando é solicitado ao Ministério da Economia e ao Ministério da Educação. Para este ano, a autorização para realização do concurso está submetida à Lei Orçamentária Anual de 2022. Os códigos de vagas existentes para o cargo de Professor EBTT estão autorizados até 31/12/2022. Caso não sejam providos até essa data, terão que entrar no orçamento de 2023, aguardando nova autorização interministerial. A etapa de projeto de pesquisa e extensão demandaria 28% do recurso orçamentário destinado ao concurso. Dessa forma, a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos solicitou a suspensão desse item no Regulamento, já que a não suspensão faria que com possivelmente a publicação do Edital de Concurso não ocorresse em 2022. O conselheiro Evaldo Gonçalves Silva opinou que entende a especificidade deste ano, mas há que se cuidar para não continuar retirando esses pontos do Regulamento para concurso de docentes, pois os projetos precisam ser apresentados, para que os servidores que chegam estejam preparados para nossa realidade. A Pró-Reitora Sandra explicou que as unidades do IFG encaminharam suas demandas de cargos, e os direcionamentos para provimentos foram definidos no Colégio de Dirigentes. O conselheiro Wagner Pereira Lopes questionou até quando seria a suspensão, caso aprovada. Sandra respondeu que até 31/12/2022, e que o regulamento será revisado e atualizado antes dos concursos que acontecerem após este. O conselheiro Geraldo propôs que o texto da resolução seja previamente definido para ficar mais claro o que está sendo decidido. Propôs que seja suspensa todas as menções ao projeto de pesquisa e/ou extensão, até 31/12/2022. Em votação, a proposta foi aprovada. Em seguida, a reunião foi conduzida para o próximo ponto de pauta, o Relatório Anual de Gestão 2021. O servidor Weber Tavares, Assessor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, explicou sobre o novo formato do relatório que passou a ficar mais objetivo e interessante para a comunidade. Apresentou as partes do Relatório de forma resumida, por slides. O Auditor Chefe, José Correia, apresentou as partes do Relatório relativas à Auditoria Interna. O Auditor também fez esclarecimentos sobre o Escritório de Processos e apresentou o Parecer da Auditoria para o Relatório. O servidor Tiago Garcia, Contador, foi convidado a representar a Pró-Reitoria de Administração e explicar como se deu a aplicação dos recursos orçamentários no ano de 2021. O conselheiro Kepler Benchimol parabenizou a equipe pelo zelo na construção do Relatório, que considerou muito bem apresentado e que houve evolução em seu formato. Em votação, o Relatório Anual de Gestão 2021 foi aprovado. A presidente agradeceu a participação dos servidores convidados e a toda a equipe que colaborou com o Relatório. Antes de prosseguir para o próximo ponto de pauta, a presidente do Conselho colocou em votação a possibilidade de prorrogação do tempo de duração da reunião, que foi aprovada. Passou-se, então, para a discussão acerca da minuta do Regulamento do Centro de Referência em Pesquisa e Inovação (CiteLab). O conselheiro Reinaldo de Lima Reis Junior, presidente da Câmara Consultiva de Ensino, Pesquisa e Extensão, relatou o parecer da Câmara. Explicou que a Câmara elaborou uma lista de dúvidas e sugestões e enviou à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação para esclarecimentos. A servidora Lorena Silva de Oliveira Costa, Diretora de Pesquisa e Inovação, esclareceu sobre o organograma do Centro de Referência e ressaltou que todas as indicações apontadas pela Câmara foram acatadas na versão atual da minuta. O conselheiro Alessandro questionou se o CiteLab vai funcionar com captação de recursos ou também com recursos próprios da Instituição. Lorena respondeu que foram recebidos emendas e recursos da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), mas tem-se o objetivo de ser mais autônomo, além disso, há bolsistas da Fundação de Apoio à Pesquisa (FUNAPE/UFPA) e tem-se a perspectiva de bolsas da Fundação de Desenvolvimento de Tecnópolis (FUNTEC). Colocado em votação, o parecer da Câmara favorável à minuta do Regulamento do CiteLab foi aprovado. A presidente informou que foram recebidos na Reitoria representantes do Relatório do Observatório da Educação de Goiás, que relatou que a rede estadual apresenta déficit aproximado de 16 mil vagas para os profissionais em educação. Firmou-se parecer para encaminhar um conjunto de diálogos em prol do concurso público da rede estadual de educação que contemple o déficit. Dessa forma, a presidente propôs que este Conselho elabore nota de manifestação de apoio a essa campanha. A conselheira Ieda Leal parabenizou pela iniciativa de apoio e relatou que o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego) também vai encaminhar parecer cobrando concurso público à rede estadual. Em votação, a proposta de publicação de nota pública foi aprovada. Para elaborar a nota, disponibilizaram-se os conselheiros Evaldo Gonçalves, Reinaldo de Lima e a presidente Oneida. A presidente ressaltou que esta pode ser a última reunião com essa composição do Conselho, porém, como tem havido constantes mudanças nas normativas e na legislação devido à situação de pandemia, é possível que haja uma reunião extraordinária em breve. Agradeceu a colaboração dos membros do atual mandato, pela disponibilidade para participar deste Conselho de tanta importância, deliberando sobre nossas políticas e decisões. Agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião às treze horas e vinte e nove minutos. Por fim, eu, Fernanda Eline de Oliveira, lavei a presente ata, que será encaminhada via correio eletrônico aos conselheiros presentes nesta reunião, para apreciação e posterior assinatura em plataforma digital.

Presidente do Conselho Superior:

Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon

Representantes do Colégio de Dirigentes:

Reinaldo de Lima Reis Junior (Titular)

Luciano dos Santos (Titular)

Representantes dos docentes:

Hugo Leonardo da Silva Belisário (Titular)

Daniel Rosa Canêdo (Titular)

Geraldo Witeze Junior (Titular)

Danyllo Di Giorgio Martins da Mota (Titular)

Wagner Pereira Lopes (Titular)

Representantes dos discentes:

Daniel Gabriel Borges (Titular)

Jessica Machado Nunes (Titular)

Representantes dos técnicos administrativos:

Alessandro Ribeiro de Sousa (Titular)

Kepler Benchimol Ferreira (Titular)

Luciano Marçal Vicente (Titular)

Representantes dos egressos:

Paulo Almeida da Silva (Titular)

Representante do SINASEFE:

Evaldo Gonçalves Silva (Titular)

Representante do SINT-IFESgo:

Marcelo Pereira Ramos (Titular)

Representante da Federação das Indústrias do Estado de Goiás:

Claudemir José Bonatto (Titular)

Representante da Força Sindical de Goiás

André Luiz Barcelos (Titular)

Representante da Central Única dos Trabalhadores:

Ieda Leal de Souza (Titular)

Secretária do Conselho Superior:

Fernanda Eline de Oliveira